



Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande

DELIBERAÇÃO CBH-TG Nº 388/2025, de 10/12/2025

Dispõe sobre Diretrizes e Critérios para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO - compensação financeira e cobrança uso dos recursos hídricos, referentes ao ano 2026, e dá outras providências

A Diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Deliberação COFEHIDRO nº 263 de 08 de abril de 2024 que aprova Manual de Procedimentos Operacionais de Investimento (MPO Investimento);

CONSIDERANDO Deliberação COFEHIDRO Nº 259 de 06 de novembro de 2023 - Proposta orçamentária para o PPA 2024-2027

CONSIDERANDO que o referido Manual - MPO e esta deliberação são os instrumentos de orientação fundamentais para instruir todos os processos administrativos de pedidos de recursos financeiros provenientes do FEHIDRO, e que o descumprimento de dispositivos de ambos os documentos, de acordo com a natureza do tomador e do empreendimento, implica em rejeição e reprovação do pedido;

CONSIDERANDO a Deliberação CBH-TG Nº 367/2024 de 07/03/2024, que aprova o “Programa de Investimentos do Plano da Bacia Hidrográfica da UGRHI 15, PA/PI 2024/2027 e sua atualização no Relatório de Situação, conforme DELIBERAÇÃO CBH-TG Nº 377/2024 de 11/12/2024 que “Aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2024 da UGRHI – 15 - Ano Base 2023 e Programa de Investimentos 2025-2027”;

CONSIDERANDO a Deliberação CRH nº246/2021 que aprova a revisão dos Programas de Duração Continuada - PDC para fins da aplicação dos instrumentos previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos;

CONSIDERANDO os trabalhos realizados pela CT-PLAGRHI/AI em reunião realizada em 25/11/2025

CONSIDERANDO a DELIBERAÇÃO CRH Nº 254, DE 21/07/2021 que aprova critérios para a priorização pelos Comitês de Bacia Hidrográficas (CBHs) nas indicações ao FEHIDRO e revogar a Deliberação CRH Nº 188/2016;

Delibera:

CAPÍTULO I - DAS DIRETRIZES GERAIS

Artigo 1º - Fica assegurado ao proponente tomador, solicitar financiamentos, por meio dos recursos definidos pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, disponibilizados no Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO para o Exercício 2026 (compensação financeira e cobrança pelo uso dos recursos hídricos), para aplicação na área da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Turvo/Grande, em conformidade com o disposto nesta Deliberação.

Artigo 2º - São pré-requisitos e condições obrigatórias para os empreendimentos:

- I - O atendimento ao Manual de Procedimentos Operacionais para Investimentos do FEHIDRO (MPO);
- II - O Tomador possuir situação regular de adimplência técnica e financeira perante o FEHIDRO e estar em situação de regularidade perante o Tribunal de Contas do Estado (TCE);
- III - O enquadramento nos Programas de Duração Continuada – PDC e SubPDCs (Deliberação CRH nº246/2021)



Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande

IV - O enquadramento nas ações relacionadas no **Anexo I** desta Deliberação e detalhadamente descritas no Plano de Ação contido no Plano da Bacia Hidrográfica da UGRHI-15, em vigência.

V. Os proponentes tomadores que são usuários de recursos hídricos, devem estar em situação Adimplente com a cobrança pela utilização dos recursos hídricos na bacia.

CAPÍTULO II - DO PERÍODO DE PROTOCOLO E LOCAL

Artigo 3º - Ficam estabelecidas as datas, horários para os proponentes tomadores efetuarem protocolo de solicitações de financiamentos –Exercício2025, da seguinte forma: **Até às 23h59 horas do dia 03/06/2026**, somente no SIGAM <http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/>;

§ 1º - Serão considerados inválidos protocolos posteriores a data limite informada neste Artigo.

§ 2º -Os documentos financeiros deverão ser inseridos na ABA DOCUMENTAÇÃO – DOCUMENTAÇÃO FINANCEIRA, conforme Anexos do MPO;

§ 3º - Os documentos técnicos deverão ser inseridos na ABA DOCUMENTAÇÃO – DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA, conforme Anexos do MPO;

§ 4º - Serão considerados inválidos os documentos sem a assinatura do representante legal e do responsável técnico do proponente tomador. A ausência das assinaturas digitais em Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro implicará em complementação, caso cabível.

§ 5º Para o preenchimento no SIGAM, os Tomadores deverão seguir as instruções do item 15. Proposta de empreendimento pelos Tomadores do Manual de Procedimentos Operacionais - MPO – Investimentos.

Artigo 4º - Quando do protocolo de solicitações de financiamentos, o proponente tomador fica obrigado a apresentar os documentos específicos, de acordo com as categorias e o estabelecido nos anexos do MPO em vigor:

- I. Prefeituras Municipais (Administração Direta Municipal): **Anexo 3.1 do MPO-Investimento**;
- II. Entidades Municipais da Administração Indireta (Autarquias, Empresas, Consórcios Intermunicipais, etc.): **Anexo 3.2 do MPO-Investimento**;
- III. Órgãos Estaduais da Administração Direta: **Anexo 3.3 do MPO-Investimento**;
- IV. Entidades Estaduais da Administração Indireta: Autarquias, Fundações, Empresas, etc.: **Anexo 3.4 do MPO-Investimento**;
- V. Entidades da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos: **Anexo 3.5 do MPO-Investimento**;
- VI. Usuários de Recursos Hídricos e Consumidores de Rede com Finalidades Lucrativas: **Anexo 3.6 do MPO-Investimento**;

§ 1º -Modelos de Termos de Referência para estudos, planos, projetos e ações financiáveis pelo FEHIDRO estão disponíveis no SIGAM. Aos empreendimentos que couber, deverão seguir como modelo os roteiros.

§ 2º-Os tomadores deverão comprovar a conclusão física/financeira, da fase anterior, quando o empreendimento for constituído por diversas fases.



Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande

CAPITULO III – DOS VALORES DA SOLICITAÇÃO E DOS PERCENTUAIS DE DISTRIBUIÇÃO

Artigo 5º O proponente tomador poderá apresentar mais de um empreendimento, desde que atenda os critérios propostos e de acordo com o **ANEXO I desta Deliberação**, atentando-se também à pontuação prevista no **ANEXO II**.

Artigo 6º - Para atendimento ao que determina o MPO, ficam estabelecidos o **valor mínimo** para solicitações de recursos do FEHIDRO:

- **R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais) para ações estruturais e;
- **R\$ 100.000,00** (cem mil reais) para ações não estruturais.

Artigo 7º- Valores máximos, conforme estabelecido no Anexo I – Estimativa de Recursos Disponíveis para atendimento às Ações do Programa de Investimentos para 2026.

Artigo 8º-De acordo com a Lei nº 7.663/91 poderão pleitear recursos as entidades privadas sem finalidade lucrativa, usuárias ou não de recursos hídricos, mediante realização de estudos, projetos, serviços, ações e obras enquadradas nos Planos de Bacias Hidrográficas e no Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH, e que preencham os seguintes requisitos:

- a) constituição definitiva a pelo menos 04 (quatro) anos, nos termos da legislação pertinente;
- b) deter, dentre suas finalidades principais, a proteção ao meio ambiente ou atuação na área dos recursos hídricos.

Parágrafo único- Somente serão aceitas solicitações de financiamento de Prefeituras, órgãos do Estado, entidades civis com sede, e/ou subsede comprovada documentalmente a atuação no âmbito da área de drenagem da Bacia Hidrográfica do Turvo/Grande – UGRHI 15, ressalvados os municípios cujo território compreende parcialmente mais de uma bacia hidrográfica, conforme estabelecido no Artigo 7º, § 2º da Lei Estadual nº 9.034/94.

Artigo 9º - Conforme estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei 12.183 de 29 de dezembro de 2005, poderão obter recursos financeiros provenientes da cobrança os usuários de recursos hídricos, inclusive os da iniciativa privada, e os órgãos e entidades participantes de atividades afetas ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, na forma definida em regulamento, exceto os usuários isentos por lei.

Artigo 10º—Os Proponentes Tomadores, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista etc., poderão solicitar empreendimentos, desde que o objeto da solicitação seja compatível com as atribuições legalmente definidas.

Artigo 11—Será obrigatório, para todos proponentes Tomadores, apresentação da Declaração de Passivos Ambientais, conforme modelo **Anexo III desta Deliberação**.

Parágrafo único - Os empreendimentos a serem executados em áreas onde há passivos ambientais somente poderão ser disponibilizados recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO **na modalidade reembolsável**.

Artigo 12-Estão impedidos de se beneficiar de financiamentos:

- I. Usuários isentos por lei do pagamento pela cobrança pelo uso de recursos hídricos (na fonte Cobrança);
- II. Tomadores de recursos das fontes CFURH e Cobrança em situação de inadimplência definitiva declarada, inscritos no CADIN, inadimplentes com pagamento de parcela de TEC ou em cobrança judicial.



Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande

CAPÍTULO IV – DAS PORCENTAGENS DE CONTRAPARTIDA

Artigo 13 - O tomador deverá apresentar sua proposta de contrapartida mínima, calculado sobre o orçamento total da solicitação a ser financiada pelo FEHIDRO, de acordo com o Manual de Procedimentos Operacionais para Investimento – MPO, calculada da seguinte forma:

- I. Os tomadores de financiamento **reembolsáveis**, independentemente da natureza jurídica, de no mínimo 20% do valor total do empreendimento;
- II. Os tomadores de financiamento **não reembolsáveis**, de no mínimo os percentuais abaixo, calculados sobre o valor total do empreendimento:
 - a. administração direta ou indireta de municípios com até 50 mil habitantes: 2%
 - b. administração direta ou indireta de municípios acima de 50 mil até 200 mil habitantes: 5%
 - c. administração direta ou indireta de municípios acima de 200 mil habitantes: 10%
 - d. administração direta ou indireta do Estado: 10%
 - e. entidades privadas sem fins lucrativos: 2 %, exceto Consórcios Intermunicipais e Agências de Bacias que ficam dispensados da apresentação de contrapartida.
- III. Porcentagens inferiores às estabelecidas no item anterior serão aceitas nas seguintes condições:
 - a. Os benefícios esperados do empreendimento abrangem a área geográfica do CBH-TG; ou
 - b. O empreendimento ser indicação de Câmara Técnica.

CAPÍTULO V – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E INDICAÇÃO DOS PLEITOS

Artigo 14 - A Secretaria Executiva do Comitê, conforme as determinações deste artigo, será responsável pela checagem dos documentos financeiros, conforme especificados nos anexos do MPO.

§ 1º - Durante a análise da documentação financeira, em caso da falta de documentos exigidos no checklist, a Secretaria Executiva se responsabilizará em informar aos proponentes tomadores, a relação de documentos faltantes.

Artigo 15- Cabe à CT-PLAGRHI/AI a análise, classificação e indicação dos empreendimentos a serem contemplados com recursos de compensação financeira e cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

§ 1º- A CT-PLAGRHI/AI poderá, caso julgue necessário, convocar as demais câmaras técnicas, técnicos de órgãos ou entidades para participarem das análises dos empreendimentos.

§ 2º- A CT-PLAGRHI/AI poderá solicitar alteração técnica nos documentos que julgar pertinente.

§ 3º- A CT PLAGRHI/AI, em análise às solicitações apresentadas, terá poder para rejeitar as solicitações que não tenham cumprido as exigências desta deliberação e do MPO-investimento em vigência.

§ 4º - Para garantir a transparência e imparcialidade nas decisões das câmaras técnicas, o Coordenador impedirá discussões de um determinado “tema”, a presença de membros cuja condição seja de proponente tomador e/ou responsável técnico por projetos e/ou que tenham interesse direto ou indireto naquelas solicitações avaliadas, salvo informações complementares solicitadas pelos membros da CT.



Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande

§ 5º - O Anexo II desta deliberação contém os critérios para pontuação, hierarquização de empreendimentos visando a obtenção de recursos do FEHIDRO.

§ 6º A priorização para indicação dos empreendimentos poderá ser revista em função do valor pleiteado e dos recursos disponíveis para o atendimento.

Artigo 16- A Secretaria Executiva se responsabilizará em encaminhar à CT-PLAGRHI/AI, todos os documentos pertinentes, até a data da 1ª Reunião da Câmara Técnica para análise dos pleitos.

§ 1º - Após análise dos projetos, documentos e pré-qualificação dos pleitos, a CT-PLAGRHI/AI poderá solicitar, por meio da Secretaria Executiva, o envio de complementações técnicas;

§ 2º - A Secretaria Executiva apresentará à CT-PLAGRHI/AI, na data estipulada para a análise e hierarquização das solicitações, “Relatório de Andamento” dos eventuais contratos dos proponentes tomadores, identificando data, objeto e situação, com destaque para paralisações, atrasos e outras ocorrências, visando à identificação de irregularidades ou pendências que inviabilizem a pontuação e a consequente hierarquização das solicitações.

CAPITULO VI - DOS CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

Artigo 17- Para efeito de desempate nas situações de igualdade de pontuação ficam estabelecidos os seguintes critérios, na ordem que se segue:

- I. A proposta que apresentar maior percentual de contrapartida (proporcional ao valor total da solicitação de recursos);
- II. A proposta com menor número de complementações.
- III. Apresentou ou não se enquadra na apresentação dos dados no SINISA (Relatório de Situação 2025 – Ano Base 2024)

CAPITULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 18- O não atendimento do tomador aos artigos supracitados ensejará na desclassificação do empreendimento.

Artigo 19 - Os Tomadores poderão apresentar recursos, devidamente fundamentados, referentes ao resultado final das análises da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos. Os julgamentos dos recursos eventualmente apresentados ocorrerão em reunião convocada pelo coordenador da CT-PLAGRHI/AI.

Artigo 20 - Os casos não previstos nesta Deliberação serão resolvidos pela CT- PLAGRHI/AI.

Artigo 21- A presente deliberação entrará em vigor a partir da sua aprovação pelo CBH-TG, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado.

Cristiane Guiroto
Presidente do CBH-TG

Luiz Augusto Salvador
Vice-Presidente CBH-TG

Marcia Regina Brunca Garcia
Secretária Executiva do CBH-TG

Maria Cecília de Andrade
Secretária Executiva Adjunta do
CBH-TG

Publicado na Edição de 15 de Dezembro de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

<https://doe.sp.gov.br/executivo/secretaria-de-meio-ambiente-infraestrutura-e-logistica/deliberacao-cbh-tg-n-388-2025-de-10-de-dezembro-de-20251212113311412031527397>



Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande

Anexo I – Estimativa de Recursos disponíveis para atendimento às Ações do Programa de Investimentos para 2026

SubPDC	Meta	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Valor R\$	Fonte
1.2 – Planejamento e gestão de recursos hídricos	M1.2.2 Aumentar as informações afim de subsidiar o planejamento e a gestão dos recursos hídricos na UGRHI	A1.2.2.3 Realizar estudos de disponibilidade hídrica subterrânea Demanda Induzida CT-AS/UM: Diagnóstico da ocorrência de nitrato nas águas subterrâneas na área urbana de Severínia	Município	Severínia	500.000,00	Cobrança
	M1.2.1 Regularizar os usos prioritários na UGRHI	A1.2.1.1 Elaborar estudo relacionado a escassez hídrica e ao estabelecimento de alternativas para situações de emergência	UGRHI	15	500.000,00	Cobrança
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	M2.5.1 Ampliar as redes de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, e aumentar a integração entre as redes quali e quantitativa e seus respectivos bancos de dados	A2.5.1.2 Elaborar estudo para operacionalização e ampliação da rede de fluviômetros e pluviômetros, privilegiando as bacias de abastecimento e a integração dessa rede a equipamentos de sistema de alerta,	UGRHI	15	450.000,00	Cobrança
3.1 - Esgotamento sanitário	M3.1.1 Aumentar a eficiência do tratamento de esgoto dos municípios da UGRHI e prover comunidades isoladas com sistema de coleta e tratamento	A3.1.1.2 Realizar obras de sistemas de esgotamento sanitário, bem como de tratamento de efluentes provenientes de ETE	Município	Santa Rita d'Oeste, Guarani d'Oeste, Mirassolândia, Guapiaçu, Tabapuã, Novais, Embaúba, Paraíso, Palmares Paulista, Taiaçu Vista alegre do Alto, Monte Azul Paulista, Ipiúá, Cedral, Olímpia, Parisi, Bebedouro e Cosmorama	1.050.000,00	Cobrança



Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande

4.1 - Controle de processos erosivos	M4.1.1 Prevenir e controlar processos de erosão e assoreamento, visando a melhoria ou recuperação dos corpos d'água	A4.1.1.1 Elaborar projetos (básicos e/ou executivos), serviços ou obras para prevenção e controle dos processos erosivos.	Município	Municípios elencados no Mapa de Suscetibilidade a Erosão	520.000,00	Cobrança
4.2 - Soluções baseadas na natureza	M4.3.1 Aumentar a proporção de cobertura vegetal na UGRHI	A4.3.1.1 Recuperar APPs nas margens de rios e córregos-	Sub-bacia	Áreas elencadas como "prioritárias" no Projeto: IDENTIFICAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE ÁREAS DE MANANCIAIS PARA PRESERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	781.682,12	Compensação Financeira
5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento	M5.1.1 Alcance de uma média de 25% de perdas globais nos municípios da Bacia	A5.1.1.1 Elaborar Projetos (básicos e/ou executivos), obras ou serviços em sistemas de abastecimento, visando controle e redução de perdas de água	Município	Embaúba, Pindorama, Monte Azul Paulista, Paraíso, Parisi, Votuporanga, Olímpia, Mirassol, Ariranha, Cedral, Embaúba, Novais, Severínia, Taiúva, Uchoa, Cosmorama, Ipiúá, Mirassolândia, Américo de Campos, Guapiaçu, Santa Adélia e Tabapuã	500.000,00	Cobrança
7.1 - Ações estruturais de micro ou macrodrenagem para mitigação de inundações e alagamentos	M7.1.1 Contenção de inundações, alagamentos e regularizações de descargas na UGRHI	A7.1.1.1 Elaborar projetos (básicos e/ou executivos), serviços ou obras para contenção de inundações, alagamentos, inclusive por técnicas de infiltração e armazenamento; e regularizações de descargas e dispositivos de lançamento de drenagem.	Município	Obras indicadas no Plano/Estudo de Drenagem do Município e para Projetos com necessidade de Readequação/Ampliação	1.030.000,00	Cobrança
8.1 - Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos	M8.1.1 Capacitar ao menos 120 pessoas/membros do CBH envolvidos na gestão dos recursos hídricos	A8.1.1.1 Capacitação em Recursos Hídricos, com a temática proposta pela CT-Educação Ambiental: Curso de Formação em Educação Ambiental para a Qualidade das Águas Público Alvo: ONGs, Educação Formal, Universidade, Gestão Pública e Conselhos Problemáticas: Saneamento, Objetivo Coletivo, Realidade Territorial, Mudanças Climáticas, Planejamento e Arborização Urbana	UGRHI	15	350.000,00	Cobrança
Estimativa R\$ TOTAL					R\$ 5.681.682,12	
Estimativa Fonte: Cobrança					R\$ 4.900.000,00	
Estimativa Fonte: Compensação financeira					R\$ 781.682,12	

Endereço: Av. Otávio Pinto César, 1400 – Cidade Nova - CEP: 15.085-360 – São José do Rio Preto/SP
(17) 3226-5302 / 3227-2108 - comitetg@gmail.com – www.comitetg.sp.gov.br



Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande

Anexo II

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE RECURSOS FINANCEIROS

Critérios (aplicáveis a todas as solicitações)		Pontuação	Σ do item	Σ máx.
1. Abrangência dos Benefícios Ambientais	Toda a UGRHI 15	10	10	90
	Toda a sub-bacia (conforme definição do Plano de Bacia)	7		
	Intermunicipal	5		
	Local (Município)	2		
2. Apresentação da documentação	Apresentou integralmente a documentação no primeiro protocolo	10	10	
	Necessária apenas uma complementação (administrativa ou técnica)	5		
	Necessárias duas complementações (administrativa e técnica)	2		
3. Utilização de Recursos FEHIDRO (Baseado nos contratos FEHIDRO)	Nunca utilizou recursos do FEHIDRO ou já utilizou recursos do FEHIDRO e apresenta situação encerrada junto ao sistema SINFEHIDRO.	10	10	
	Outros.	5		
4. Contrapartida	Igual ou maior que 20%	10	10	
	Igual a 10 e menor que 20%	7		
	Igual a 5 e menor que 10%	5		
	Menor que 5%	2		
5. Cancelamento de Empreendimentos Deliberados pelo CBH-TG	Não Possui	10	10	
	Possui	5		
6. Quantidade de projetos apresentados no mesmo PDC	Somente 1 projeto	10	10	
	2 projetos	7		
	Mais que 2 projetos	5		
7. Área de Abrangência municípios prioritários indicados no Anexo I	Municípios indicados	10	10	
	Municípios não indicados	2		
8. PDCs Prioritário	PDCs Prioritários no Plano de Bacia (PDC 3, 4 e 7)	10	10	
	Outros	5		
9. Apresenta informações ao SINISA (Relatório de Situação 2025 – Ano Base 2024)	Atende ou não enquadra	10	10	
	Não atende	7		

Obs. Σ item (pontuação alcançada pela proposta); Σ máx (pontuação máxima a ser alcançada pela solicitação)



Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PASSIVOS AMBIENTAIS

(nome da entidade) , devidamente registrada no CNPJ sob o número (CNPJ da entidade), neste ato representada por seu responsável(is) legal(is), (nome(s) e identificação do(s) responsável(is) legal(is) pela entidade e respectivos cargo(s) na entidade), declara(m) para fins de obtenção de financiamento junto ao FEHIDRO na modalidade fundo perdido, que não existem obrigações administrativas, judiciais e/ou impedimentos de utilização da área, de acordo com as diretrizes das normas vigentes e que a mesma não foi utilizada para depósito de lixo ou de produtos que possam trazer riscos ambientais e não está suscetível a problemas geotécnicos, referente a área propostano projeto (nome do empreendimento)a ser financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO.

Local e data,

Nome da Entidade
Nome completo do(s) Responsável(is) Legal(is)pela entidade
Cargo(s) na entidade